Ano 6 - Agosto 2006 - Nº 32

FOLHA DO CRCPR

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Impresso Especial
360016305-3/2004-DR/PR
C.R.C.PR.
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Querendo mudanças políticas e sociais, entidades criam canal de participação

A primeira campanha eleitoral, depois das revelações de caixa dois e adoção de novas regras, não sensibilizou como esperado os brasileiros. A classe contábil, na opinião de profissionais, é ainda um pouco acanhada em matéria de política; mas, para o presidente do CRCPR, Maurício Fernando Cunha Smijtink, ela já percebe que participação é fundamental. Nesse contexto, para colocar as forças dos segmentos envolvidos à disposição das mudanças políticas e sociais necessárias, nasceu o Portal da Democracia, criado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação das Associações Comerciais do Paraná (Faciap), Conselho Regional de Odontologia do Paraná (CRO-PR), Ordem dos Advogados do Brasil-PR (OAB-PR), Associação Médica do Paraná (AMP), Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Paraná (Sinep), Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Conselho Regional dos Representantes Comerciais (Core), Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), Instituto de Engenharia do Paraná (Iep) e Movimento Pró-Paraná. Um ciclo de debates com candidatos ao governo do Estado foi a primeira iniciativa do Portal, que pode ser acessado no endereço www.portaldademocracia.org.br (Editorial, pág. O4, 05 e 07).

Rubens Bueno (PPS/PFL) abriu o ciclo dia 30 de agosto. (pg 07)

Osmar Dias (PDT) foi o segundo, dia 13 de setembro. (pg 07)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ
Rua XV de Novembro, 2987
Caixa Postal 1.480 - Fone/Fax: (41) 3360-4700
80.050-000 - Curitiba - Pr
e-mail: crcpr@crcpr.org.br • www.crcpr.org.br

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA
Presidente: Maurício Fernando Cunha Smijtink
Vice-presidente: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO
Vice-presidente: Ana Maria Golas

CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO
Vice-presidente: Antônio Augusto Godoi de Oliveira

CÂMARA DE REGISTRO
Vice-presidente: João Gelásio Weber

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
Vice-presidente: Paulo César Caetano de Souza

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Vice-presidente: Sandro Di Carlo Teixeira

CÂMARA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
Vice-presidente: Dolores Biasi Locatelli

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO
EFETIVOS:
Armando Santos Lira • Atair Gomes da Silva
César Alberto Ponte Dura • Dolores Biasi Locatelli
Gilberto Nassif • José Aparecido Souza
Lauro Antunes de Oliveira • Mauro Luis Moreschi
Moacir Rener Bomgiorno • Ney Patrício da Costa
Orlando Chiqueto Rodrigues
Paulo Júlio Coelho de Lima
Túlio Francisco Andrade Hofmann
Wolmir Tadeu Ficagna

SUPLENTES:
Aguinaldo Mocelin
Fernando Antônio Borazo Ribeiro
Ivan Ferreira da Cruz • João Antonio Alves Batista
João Carlos Cheslak • João Eloi Olenik
José Reinaldo Vieira • Juvêncio Sampaio Castilha
Lucélia Lecheta • Luiz Fernando Ferraz
Marcela Divair Martins • Maria Célia Mariotto Moroti
Moacyr Luiz da Silva • Monika Prasel Iatskiv
Narciso Doro Junior • Neiva Maria Dapont
Nestor Dornelles Arndt • Oswaldo Padovin
Selvino Mucelin • Silvana Balestra da Silva
Vilson José Masutti

EXPEDIENTE

FOLHA DO CRCPR
Órgão de divulgação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Diretor Executivo
Gerson Luiz Borges de Macedo

Jornalista Responsável
Joaquim Pereira Barros - 0921/06/62v-PR

Comercial
Thayse Zomkowski
revista@crcpr.org.br

Design e programação visual
Mauricio Ostrowski Junior
Divisão de Informática do CRCPR
informatica@crcpr.org.br

Tiragem: 30 mil exemplares

editorial

Democracia real, uma utopia?

Se nós, eleitores, tivéssemos bola de cristal, certamente escolheríamos, aclamaríamos, o mesmo candidato. Qual? Aquele que o futuro nos revelaria ser o melhor, reunindo competência e ética. Como não temos esse olhar privilegiado e temos, cada um, uma visão particularíssima da realidade e do país, esse pleito coloca-se então como uma forma meio rudimentar de apontar o preferido, que nem sempre revela-se o melhor; mas enfim, o que for eleito, eleito permanece e reina até o fim do mandato, se nenhum motivo de impeachment surgir.

Nosso processo eleitoral está longe de ser uma modalidade de escolha dos melhores. Até porque nem temos uma escola política voltada à formação de lideranças. As que se apresentam o fazem por motivos muitas vezes aleatórios quando não esdrúxulos. É o Zé Galinha, o Zé da Padaria, o Mané da Kombi... Ser um pouco ou mesmo muito conhecido não é critério válido. Vontade e boas intenções não bastam.

Se imediatamente após a ditadura militar, o desejo mais profundo dos brasileiros era o de liberdade, nos mais diversos sentidos, hoje, com o belíssimo conjunto de leis que temos, o que mais nos interessa é a democracia real: que as instituições criadas nessas décadas de esforço funcionem, não vamos dizer como uma empresa, no sentido de lucro e mercado, mas como modernas organizações, produtivas, ágeis, transparentes, capazes efetivamente de promover a inversão da pirâmide social e de criar um ambiente de entusiasmo geral, paz social, oportunidades de crescimento em todos os campos. O econômico é só um deles. Temos potencial nos esportes, nas artes, na cultura, na literatura, nas ciências...

O que pensar depois das séries de casos de corrupção, a exemplo do mensalão, dos sanguessugas, e da rede desbaratada, em Rondônia, onde o Legislativo, o Executivo e o Judiciário trabalhavam em invejável harmonia no assalto aos cofres públicos?

Tão cedo sairemos dessa sombra em que a coisa pública é objeto de saque, enquanto tivermos aventureiros nos órgãos e instâncias de poder. Imaginar mudanças, a curto prazo, é uma utopia. Mas não deixa de ser um projeto que tenhamos novas gerações com cabeça efetivamente comprometida com o coletivo.

Comprovado está que uma das causas de atraso e desmandos no ambiente público são estruturas e sistemas arcaicos, centralizados, excessivamente burocráticos, lentos na assimilação de modernos princípios de gestão e de tecnologias, capazes ao mesmo tempo de dinamizar processos e dificultar fraudes. Há regras que favorecem tanto políticos quanto servidores inescrupulosos. Nesse ponto, o setor privado está bem à frente. Nas empresas também ocorrem irresponsabilidades, desperdícios, corrupção, gastos inadequados. A diferença está na auditoria, mais incisiva, e na punição, drástica e imediata.

Mauricio Fernando Cunha Smijtink
Presidente do CRCPR

Envie sua opinião, em texto breve, para o Espaço do Leitor ao e-mail espacodoleitor@crcpr.org.br informando o seu nome completo, a cidade onde mora e endereço eletrônico para correspondência. Ela será publicada na íntegra ou parcialmente.

ESPAÇO DO LEITOR

Que país é este ?

A Folha do CRCPR nº 31, página 08, publicou matéria sobre a proposta de inviolabilidade, na qual, em certo trecho do texto, trata da perseguição ao profissional contábil - e realmente temos visto que isso tem acontecido. Diante disso surge um questionamento acerca dos escândalos que têm surgido no dia a dia em nosso País, como este mais recente, o da "máfia dos sanguessugas", no qual cerca de 20% dos membros do congresso e pelo menos 60 prefeitos estariam envolvidos, e teriam desviado dos cofres públicos um montante superior a 1 bilhão de reais.

E agora se pergunta: SERÁ QUE TODO ESSE PESSOAL TAMBÉM SERÁ PERSEGUIDO E PUNIDO?

Ricardo Vinicius de Angeli Vitorino
Itambé-Paraná

Reforma política e tributária

Recentemente o Presidente da República, sabiamente, lançou a idéia da criação de uma nova Assembléia Constituinte para uma ampla reforma política no País. Matéria essa, no meu ponto de vista, de grande prioridade, haja vista o caos em que se encontram Instituições como o Senado e Câmara Federal, ambos envoltos na maior corrupção e desvios de recursos públicos. Diante disso, rapidamente, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados (OAB) rejeitou a tese da convocação de uma Assembléia Constituinte e decidiu criar o Fórum da Cidadania pela Reforma Política, com a presença de partidos políticos e de setores representativos da sociedade civil brasileira.

Minha indignação é que os novos candidatos à Presidência da República têm levantado suas bandeiras com propaganda no sentido de propor uma reforma tributária, propaganda essa que vem sendo utilizada todo ano eleitoral, e nunca implantada. Quer me parecer que para a população a reforma tributária traria muito mais benefícios, pela redução que poderia ocorrer nos preços de todos os produtos consumíveis, do que uma reforma política.

Diante destas constatações, não caberia uma ampla movimentação por parte da Confederação Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade no sentido da apresentar propostas consistentes para a implementação da tão falada "Reforma Tributária", que além dos benefícios a toda a população traria também um grande benefício aos profissionais da área contábil.

Lorival Ribas

Pequenas empresas são novamente prejudicadas

A MP 303/2006, em seu artigo 3º parágrafo 2º, que trata dos valores mínimos para parcelamento de dividas junto à Receita Federal, regulamenta que a parcela mínima para empresas optantes pelo simples é de R$ 200,00 e demais R$ 2.000,00. Ocorre que desta forma as empresas prestadoras de serviços que não podem optar pelo Simples estão novamente sendo prejudicadas em relação às demais, uma vez que - Três situações :

Uma empresa que fatura em média R$ 80.000,00 por mês (Optante pelo Simples), com débito de R$ 75.000,00, poderá parcelar o referido em 120 parcelas de aproximadamente R$ 630,00, ou seja, 0,79% do seu faturamento mensal;

Uma empresa que fatura em media R$ 500.000,00 por mês (Não Optante pelo Simples), com débitos de R$ 350.000,00, poderá parcelar o referido em 130 parcelas de aproximadamente R$ 2.700,00, ou seja, 0,54% do seu faturamento mensal;

Uma empresa Prestadora de Serviços de Representações Comerciais, que fatura R$ 3.000,00 por mês (Não Optante pelo Simples por veto da Lei), com debito de R$ 12.000,00, poderá parcelar o referido em apenas 6 parcelas de aproximadamente R$ 2.000,00, ou seja, 67,00% do seu faturamento mensal.

Portanto, será que a MP 303/2006 não deveria ser revista, e pelo menos considerar a Lei 9.841/1999, que regulamenta o enquadramento das empresas como ME, EPP e Demais, para o parcelamento que trata a referida MP?

Edson Flavio Reche
Contador – Cascavel – Paraná

Pena justa

Não concordo com o colega Osni Antonio Zanoni que pensa que a pena imposta ao contabilista de Pernambuco foi exagerada. O País somente terá conserto e criaremos um estado democrático, de fato e direito, acabando com a impunidade em qualquer nível. A cidade de Nova Yorque somente teve êxito em suas ações contra o crime, quando aplicou a chamada "tolerância zero". Se quisermos um Brasil mais justo para nossos filhos e netos não devemos aceitar e abrandar qualquer pena, pois não temos a dimensão do estrago de qualquer delito.

Antonio Luiz Breda
Foz do Iguaçu - Paraná

REFIS III Nem tudo que reluz é ouro

Com a publicação da Medida Provisória 303/2006, o Governo Federal instituiu um novo parcelamento para as empresas inadimplentes com a Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e INSS. Mas como "nem tudo que reluz é ouro" os empresários e os colegas contabilistas devem ficar atentos, pois, em alguns casos, o parcelamento não é uma solução favorável.

Aspectos importantes devem ser bem analisados, tais como: o porte e o regime de enquadramento da empresa, o período e o valor da inadimplência, viabilidade de pagamento, entre outros.

Para exemplificar: com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa na PGFN, o parcelamento é uma ótima opção para empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, considerando que estas não possuem uma outra possibilidade de parcelamento e ainda podem retomar a sua regularidade (podendo então obter a certidão positiva com efeito de negativa de débitos), mas para empresas enquadradas nos regimes normais de tributação (lucro presumido, real ou arbitrado) a análise deve ser mais criteriosa. Para estas já existe a possibilidade de parcelamento em até 60 meses, com uma parcela mínima de R$ 50,00.

Sempre é bem-vinda uma opção de retomada da credibilidade de uma empresa, mas não se deixe enganar pelas aparências.

Pelo parcelamento da MP 303/2006, os débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 poderão ser pagos em até 130 meses, com correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, de 7,5% ao ano) e desconto de 50% na multa.

Para as dívidas vencidas entre março de 2003 e dezembro de 2005, a MP 303/2006 estabelece a possibilidade de pagamento em 120 meses, mas sem desconto na multa e com correção pela Selic (15,25% ao ano), a mesma taxa aplicada sobre o parcelamento que já existe para empresas enquadradas nos regimes normais de tributação.

O valor mínimo de cada parcela será de R$ 200,00 para empresas no SIMPLES, e de R$ 2.000,00 para as demais pessoas jurídicas. Após a adesão não poderão ser atrasados os pagamentos das parcelas por 2 meses consecutivos ou alternados e a empresa deverá manter em dia os demais tributos vincendos..

Juliano Bathke
Campo Mourão - Paraná

E-MAILS RECEBIDOS

Sou Contador na cidade de Mafra-SC, cidade vizinha com Rio Negro-PR, e atuo em ambos os Estados. Meus parabéns pela sua explanação e a belíssima matéria sobre NF-e (Impactos da nota fiscal eletrônica, a NF-e).

Concordo com suas palavras, que hoje o contador deixou de ser o guarda-livros, contador que somente registra atos e fatos, para ser aquele profissional que seja mais útil para o seu cliente oferecendo consultoria nas mais variadas áreas de atuação, planejamentos, análises, tem que estar se atualizando diariamente, para saber tanto mais que um advogado, um fiscal, estar preparado para as mais diversas situações, e, com o advento da Nota Fiscal eletrônica, isto só vem valorizar cada vez mais a nossa profissão, dando mais rapidez e segurança para muitos procedimentos operacionais.

Márcio Luiz Gabardo

O caro colega e insigne profissional Maurício Smijtink sempre foi felizardo em produção de artigos, e tal trabalho que agora me envia (O jogo político não faz questão da clareza e da verdade) é dotado de uma inteligência fantástica, juntamente com uma preocupação social e um senso de zelo para com a comunidade contábil e principalmente a sociedade brasileira. Parabéns pela criatividade e continue produzindo artigos! Precisamos de um senso crítico apurado que estabeleça luzes para o nosso direito e trevas para as práticas da corrupção!

Rodrigo Antônio

Venho acompanhando seu trabalho e sua gestão, onde sua participação é ativa e forte, levando a todos os cadastrados a palavra do presidente do CRCPR. Isto faz com que haja uma aproximação, uma liberdade entre a presidência e os contabilistas. Seus comentários sobre artigos, leis ou normas são úteis e de grande valia, pois quando encontramos alguma dificuldade em determinado assunto, de repente, vem a resposta, o conselho, a opinião em seu artigo.

Michel Zaidowicz

Gostaria de parabenizar o CRC-PR pelo grande trabalho que vem desempenhando na sociedade paranaense, meio empresarial e político do nosso Estado, acima de tudo por defender e expor e buscar soluções para os problemas, dificuldades e acima de tudo uma burocracia que parece não ter fim, que enfrentamos todos os dias no exercício da contabilidade.

Infelizmente, venho notando que apesar do esforço desempenhado pelo CRC-PR, buscando sempre um padrão de qualidade para a classe contábil, onde ela seja reconhecida e valorizada por seus serviços executados, acima de tudo com clareza, eficiência e principalmente ética, infelizmente isso está longe de ser uma realidade.

É um absurdo o que vejo hoje em dia na classe contábil. Tenho a nítida impressão de que a classe contábil acima de tudo não tem ÉTICA, principalmente a profissional. Ao contrário de outras classes profissionais, tais como, advogados, médicos, economistas, etc., nossa classe está em uma constante guerra, onde o maior prejudicado está sendo o próprio profissional de contabilidade, que está praticamente se "prostituindo", isso mesmo! se "prostituindo", executando serviços a preços que fogem à nossa realidade.

É justo você ter seus clientes assediados dentro de seu estabelecimento? É justo um profissional de contabilidade oferecer honorários pelo valor absurdo de R$40,00? Infelizmente essa é a "ÉTICA PROFISSIONAL" que vejo todos os dias na classe contábil. Infelizmente está aí pra todo mundo ver.

Onde está a "ÉTICA PROFISSIONAL" nesse momento? Onde está o CRC-PR, SESCAP-PR e SICONTIBA-PR nesse momento, que não fiscaliza esse tipo de absurdo?

Não podemos mais aceitar esse tipo de comportamento em meio à classe contábil, temos que buscar a valorização do profissional de contabilidade, como ocorre com outras classes, só assim teremos força suficiente para lutar pelas reivindicações que a classe tanto necessita, caso contrário estamos sentenciados à mesmice e ao descrédito perante a sociedade civil quanto empresarial.

Erickson Wayner

POLÍTICA E ELEIÇÕES

Os contabilistas dão muita

Dia 1º de outubro os brasileiros vão às urnas votar para presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. As campanhas são milionárias, principalmente em nível nacional. Somando o que os sete candidatos pretendem gastar, juntos, o montante chega a quase de R$ 300 milhões, mais que o dobro gasto nas eleições de 2002. No Paraná, os 11 candidatos ao governo falam em gastos de pouco mais de R$ 40 milhões.

Esta previsão de gastos na campanha é uma determinação da Justiça Eleitoral. Os candidatos não poderão gastar mais do que foi previamente estabelecido. Contudo, o que se espera é que depois de tantos escândalos, muitos ainda não solucionados, as campanhas sejam transparentes e os candidatos trabalhem com propostas que visem o bem comum, e não mais o benefício próprio.

Para as eleições deste ano algumas regras foram mudadas. Não são mais permitidos showmícios, distribuição de brindes, como camisetas, bonés, canetas e chaveiros e também a distribuição de cestas básicas em troca de votos.

Na opinião de alguns contabilistas entrevistados, é importante a participação do cidadão na política, saber escolher bem o voto.

Para Luiz Costa, de Querência de Norte, que além de contabilista é também advogado, "a política é emoção, paixão". Ele relembra uma frase de Ulysses Guimarães que dizia: "Sem a política, apesar das suas entranhas meio doentias, não existiria governo democrático". O contabilista Luciano Sígolo, de Paranaguá, também gosta de política. Para ele "é a política que rege o país". A contabilista Soely Muniz, de Prudentópolis, comenta que ninguém deve ficar alheio às decisões tomadas por aqueles que têm o poder de decidir pelo povo, por isso ela se interessa e discute as questões políticas.

Quando questionados sobre os escândalos que envolvem o atual governo e como estão vendo a campanha neste momento, Luiz observa que "a moral e os bons costumes continuarão a sofrer solavancos como carruagens que transitam por terrenos íngremes e pedregosos. A política não será 'passada a limpo' como apregoava pretensiosamente o velho Boris Casoy, porque não é próprio da política se submeter à brancura do antigo produto de limpeza chamado rinso e nem o omo total radiante vai dar conta disso." Ele acredita que as campanhas se desenvolverão sem grandes sobressaltos e que não vai haver nenhuma mudança de práticas políticas de forma radical e absoluta. Luciano lamenta todas estas "maracutaias nojentas com o dinheiro dos contribuintes". Soely espera que os escândalos sirvam para abrir os olhos do eleitor. "Temos que analisar melhor os candidatos. A corrupção e a roubalheira sempre existiram, porém a lei da mordaça fazia com que a imprensa se omitisse de denunciá-las. Felizmente isso está mudando já que atualmente ela é que tem denunciado as falcatruas, mensalões, valeriodutos, sanguessugas, etc.".

Para Luiz Costa, a reeleição não é tradição do sistema republicano. "Ela está aí para o bem ou para o mal. O Fernando Henrique talvez por conta do seu enorme ego, de sua vaid a de e sede de poder, inventou-a à custa de muita troca política. Quem não gostar que mobilize as forças políticas e extinga-a. Na minha visão, seria mais um tropeço no nosso combalido sistema político-partidário, para o qual as mudanças implantadas às vezes criam mais problemas do que soluções." Soely é contra. Para ela o reeleito tende a se acomodar, achando que já fez muita coisa, normalmente relaxa no mandato seguinte. Já Luciano vê a reeleição como "um bom emprego público".

Enquanto que para Luiz "a opção de candidatos é a mais farta possível", Soely discorda, diz que há poucas opções: "O problema é que os candidatos continuam sendo os mesmos, os chamados políticos profissionais. Está mais que na hora de surgir novos nomes, novas lideranças, novas propostas."

Quanto às mudanças nas regras da campanha, Luiz entende que deveriam ser implantadas somente nas próximas eleições. Mas gostou da proibição dos showmícios. "Agora vai ser difícil agüentar as campanhas com candidatos no palanque desfiando seu rosário de promessas sem um 'somzinho manero'. Vão ter que 'afiar o gogó', mas assim mesmo a freqüência aos comícios poderá ser escassa". Para Luciano as mudanças são ótimas, já Soely é contra: "As mudanças só favorecem aos grandes partidos e as classes dominantes".

Os profissionais comentam que a classe contábil ainda é conservadora quando o assunto é política. Para Luciano Sígolo é ainda conservadora porque não é unida. Para Soely, mesmo a classe sendo conservadora deveria participar mais da política. "Precisamos de maior representatividade e maior respaldo nas esferas municipal, estadual e federal - afinal temos dado uma enorme contribuição para a economia do país." Para Luiz, "o contabilista não é um desinteressado, e sim um distanciado da política. Por falta de maior formação cultural, por acomodação, por achar que a política é coisa de pessoas sem caráter e por aí vai. Há que se conscientizar. A política é estimulante e necessária. Acreditemos, prestigiemos os bons candidatos e votemos!"

Conforme os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o Paraná tem 7.121.257 eleitores aptos a votar. É o sexto maior colégio eleitoral do país. Curitiba tem 1.217.263 eleitores, é a sétima maior cidade do Brasil em número de eleitores. No País são 125.913.479 pessoas aptas a votar no dia 1º de outubro. Desse total, 64.882.283 são mulheres, o que representa 51,53% de todo o eleitorado, os homens somam 60.853.563.

A mulher contabilista na política

Dados do Supremo Tribunal Eleitoral mostram que o Brasil tem 125.913.479 eleitores. Desse total 64.882.283 são mulheres, o que representa 51,53% de todo o eleitorado. O número de candidatos que concorre nesta eleição a um cargo é de 19.166, mas apenas 13,95% são mulheres com idade média entre 45 e 59 anos.

Mesmo as mulheres sendo o maior colegiado, ainda assim se observa uma pequena participação do sexo feminino na política. A contabilista Soely Muniz observa que a participação da mulher neste setor, apesar de ser ainda tímida, tem melhorado bastante, já que as mulheres têm assumido cargos importantes nos cenários nacional e mundial. Ela vê com entusiasmo que, "apesar de serem ainda vítimas de algum preconceito, a mulher profissional, de várias áreas

importância à participação

tem se interessado cada vez pela política, não só como observadora, discutindo o assunto, mas participando como candidata".

Para a vice-presidente de Integração Social do CRCPR, coordenadora da Comissão da Mulher Contabilista e do Instituto Paranaense de Mulheres Contabilistas (IPMCont), Dolores Biasi Locatelli, a presença da mulher nas decisões de um país é muito importante. Ela está em todas as atividades e em todos os setores da economia, desenvolvendo um trabalho eficaz, altamente comprometida com a ética e com os valores morais.

Analisando avanços da mulher na política, ela diz: "conquistamos além do direito ao voto, a possibilidade de ascendermos a cargos eletivos. As dificuldades, neste campo, como tantos outros, são evidentes, porém é preciso ser confrontado com coragem, tenacidade e convicção".

Para Dolores, o mundo está precisando mais de pessoas com virtudes que eram tidas como femininas, como a emoção, a sensibilidade e a intuição, hoje mais valorizadas do que a força física. Dessas virtudes que cultivamos ao longo dos séculos, temos reservas colossais e elas são riquezas altamente apreciáveis no espaço dos negócios, do trabalho, das empresas e muito mais na esfera política, que é a responsável pela realização dos sonhos coletivos. Ainda temos um longo caminho a percorrer. Sabemos, porém, que o caminho só se faz caminhando", completa

O IPMCont trabalha diretamente com as questões ligadas às contabilistas: "Nosso objetivo é incentivar a participação da mulher na política e nas entidades de classe." Em andamento estão sendo realizados cursos de complementação profissional e para o desenvolvimento da mulher.

Dolores comenta que Subcomissões da Mulher Contabilista estão sendo criadas nas principais cidades do Estado. "Esta é uma forma de conhecermos a realidade das regiões e alcançarmos o maior número de mulheres. Queremos ajudá-las e incentivá-las a participar das questões que movem o nosso Estado e o nosso País.", finaliza.

Gastos dos candidatos

Presidente
Lula (PT) R$ 89 milhões
Geraldo Alckmin (PSDB) R$ 85 milhões
Luciano Bivar (PSL) R$ 60 milhões
Cristovam Buarque (PDT) R$ 20 milhões
José Maria Eymael (PSDC) R$ 20 milhões
Heloísa Helena (PSOL) R$ 5 milhões
Rui Pimenta (PCO) R$ 100 mil

Governador
Roberto Requião (PMDB) R$ 15 milhões
Osmar Dias (PDT) R$ 11 milhões
Flávio Arns (PT) R$ 4,91 milhões
Rubens Bueno (PPS) R$ 4,9 milhões
Ana Lúcia Pires (PRTB) R$ 2,8 milhões
Antônio Roberto Forte (PSL) R$ 1 milhão
Luiz Adão Marques (PSDC) R$ 500 mil
Luiz Felipe Bergmann (PSOL) R$ 300 mil
Melo Viana (PV) R$ 250 mil
Jorge Luiz Martins (PRP) R$ 100 mil
Ivo Souza (PCO) R$ 30 mil

Votar com consciência

Para o presidente do CRCPR, Maurício Fernando Cunha Smijtink, "por mais que não se goste de política, não há como ficar alheio. É importante que todos os cidadãos façam suas escolhas com liberdade e reflexão. Afinal, é desse processo que saem os responsáveis pela condução das nossas cidades".

Conforme ele, as denúncias de corrupção lançaram um ar desagradável na população e que a carência moral é uma questão que transcende o cenário político. Mas é necessário mais ética, mais profissionalismo e menos politicagem na administração pública. Acrescenta que, com o tempo, o cidadão foi se acostumando a ouvir que o voto é o único poder do eleitor de transformar a realidade social. E quando vai às urnas vota com indiferença, fazendo com que o voto deixe de ser um elemento de força. "A eleição passa a ser um ritual como o de religiões que perderam o vínculo com a fonte em si. Enfadonha obrigação."

Maurício observa que votar é importante. "Mas seria animador se esse ato fosse exercido com a convicção de que os escolhidos irão efetivamente, pelo menos, tentar trabalhar para realizar aqueles sonhos veiculados nas promessas de campanha".

Ele reforça que é preciso que todos participem e destaca o papel da imprensa: "Temos uma Constituição que aprova e incentiva o livre exercício da liberdade, da crítica e do debate, como processo de busca de soluções para os problemas coletivos. Tem sido decisivo, nesse sentido, o papel da mídia aberta e crítica". Ele também comenta sobre a necessidade de discussão por toda a sociedade. "O ideal é que as decisões, que afetam a vida da população e são tomadas por uma elite político-burocrática, brotem do desejo popular, amadurecidas em discussões, fóruns. Nasçam da participação. O que é impossível, se a população se comportar com apatia, isolando-se nos cantos, achando que os poderes constituídos são os únicos responsáveis, têm de cuidar de tudo. Importantes conquistas do País, nas últimas décadas, se devem diretamente à participação e mobilização da população."

Número de candidatos no Brasil:	
Presidente	8
Governador	210
Senador	227
Deputado Federal	5.446
Deputado Estadual	12.752
Deputado Distrital	689

Número de candidatos no Paraná:	
Governador	11
Senador	10
Deputado Federal	278
Deputado Estadual	569

Fonte: STF e TRE.

Classe contábil

O presidente do CRCPR observa que os contabilistas estão despertando para um novo papel, interessando-se mais pela política – o que todos os segmentos devem fazer. "A classe contábil está amadurecendo na perspectiva da cidadania. Está percebendo que os seus problemas cruzam com os problemas comunitários e as soluções, sendo interdependentes, passam pela política. Até as tendências religiosas têm se mobilizado para influenciar na ordem política e social do país." Ele cita que as mais importantes conquistas da classe contábil ocorreram via política, como a obrigatoriedade do registro profissional e a formação específica para o exercício da profissão.

Segundo ele, através de suas entidades, os contabilistas têm participado de grupos de trabalho para elaboração de propostas, entre outras, da reforma tributária, da extensão do Simples às microempresas do setor de serviços e de revisão do novo Código Civil.

Maurício finaliza dizendo que "a democracia brasileira ganhará força inigualável a partir do momento que os micropoderes de segmentos, classes, grupos, associações, organizações, entidades se unirem em torno de um 'sonho junto'".

Lei que rege o sistema CFC-CRCs será reformulada

Em 27 de maio de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra assinou o Decreto-lei 9.295, criando o sistema formado pelo Conselho Federal de Contabilidade e CRCs, um em cada estado da federação e no Distrito Federal, e regulamentou o exercício da profissão contábil no País. Foi um acontecimento histórico. Vivemos agora em uma época em que a tecnologia domina todos os setores da sociedade, mas as leis que regem o sistema continuam as mesmas, instituídas num tempo em que não havia computador, calculadora científica, internet, e o próprio contador era chamado de guarda-livro, desenvolvendo um trabalho bem diferente do que faz hoje. No século 21, o contabilista não é somente o responsável pelos números de uma empresa, apresentados em balanços e outras peças contábeis, é também um consultor empresarial.

É necessário, pois, que as leis acompanhem a modernidade, a realidade atual. Há tempos os conselhos pedem mudanças. Tão logo assumiu a presidência do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim criou uma comissão federal para trabalhar nas alterações que devem ser feitas na legislação. Para auxiliar nesta tarefa, os 27 conselhos regionais criaram comissões estaduais.

No Paraná, a comissão foi efetivada no dia 29 de junho. O coordenador César Alberto Ponte Dura diz que este é um grande passo que a classe está dando. "Até então as leis do país sempre eram feitas por pessoas de fora daquele segmento. Pela primeira vez, nós vamos poder criar a nossa lei. São pessoas entendidas no assunto que vão discutir o que está certo e o que está errado".

César explica que a comissão paranaense está analisando cada artigo detalhadamente. "Discutimos ponto a ponto. O que é bom vai permanecer e o que deve ser alterado estamos sugerindo e encaminhando para a comissão nacional". As federações e sindicatos ligados à classe contábil também estão participando da discussão.

Todo o processo de análise e reformulação terá oito fases. O prazo final é maio de 2007. Até lá, todas as comissões regionais vão sugerir o que deve ser mudado e o CFC elaborará um projeto e encaminhará ao Congresso para apreciação e votação.

"Este é um momento ímpar que a comunidade contábil está passando. Temos a oportunidade de analisar e sugerir o que é melhor para a profissão. Com certeza as mudanças vão melhorar o exercício da profissão". Ainda conforme o coordenador "as lideranças sindicais do Paraná viram com bons olhos esta iniciativa em atualizar a legislação. Há também uma ansiedade, uma expectativa muito grande para que os parlamentares apóiem o projeto".

Para que a atualização seja implantada é necessário que, depois de apresentado o projeto, o Congresso Nacional vote a favor.

Comissão

Escolhidos por sua experiência e conhecimento da legislação, os membros da comissão do Paraná são: César Alberto Ponte Dura, Everson Luiz Breda Carlin, Nereu Ribeiro Domingues, Divanzir Chiminácio, João Elói Olenike e Wilson Alberto Zappa Hoog. Suplentes: Altair Santana da Silva, Expedito Barbosa Martins, José Aparecido Souza, Luiz Carlos Souza e Vicente Pacheco.

Instituições de classe do PR lançam o www.portaldademocracia.com.br

Foi lançado no dia 9 de agosto, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em Curitiba, o Portal da Democracia (www.portaldademocracia.com.br) - uma iniciativa inédita das entidades representativas de empresários e profissionais liberais do Paraná. Trata-se de um espaço virtual que trará informações, fóruns de diálogos e outros expedientes voltados a contribuir para a conscientização política dos diferentes públicos das instituições, chegando, através do sistema de rede, a toda a sociedade.

Dez entidades estão participando do Portal, mas a idéia é somar novos parceiros. Juntas, elas reúnem cerca de 100 mil associados. O espaço virtual servirá para que as instituições apresentem projetos em suas áreas de atuação, como saúde, infra-estrutura e educação, e sugestões para as reformas tributária, política e administrativa.

O Portal tem conteúdo de interesse coletivo, como o Palanque de Idéias, onde as entidades abordam temas atuais e relevantes para estímulo às discussões públicas, e o Espaço Aberto, que consiste em fóruns de diálogo entre os participantes. Vai também contar com um chat, para o qual serão convidadas personalidades de diversos setores da sociedade para interagir com os usuários do portal.

"É para ser campo de amadurecimento da consciência coletiva brasileira, por meio de sinergia, interação, diálogo, debate, troca de idéias e de informações, transformando-se ao mesmo tempo em usina de proposições, bem como em força de pressão e olho que vigia o poder. Democracia em tempo real. Prática cidadã o tempo todo e não apenas no momento do voto", define o presidente do CRCPR, Maurício Fernando Cunha Smijtink. "A internet não é nenhuma panacéia, mas os seus impactos sobre a vida social são indiscutíveis e cada vez mais amplos, na medida em que a rede vai entrando nos lares. E esta é a tendência. Logo, temos à disposição uma porta para o futuro, uma poderosa ferramenta para interferir na realidade", complementa.

Na opinião do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Rodrigo da Rocha Loures, o portal deve contribuir para o aprimoramento da democracia. "A característica principal do nosso processo é que as idéias serão validadas em primeiro lugar pela opinião pública. Quando sentirmos que ela traduz a vontade social, será transmitida aos candidatos", explicou.

Para o presidente da Associação Médica do Paraná, José Fernando Macedo, "o Paraná dá um passo à frente ao criar mecanismos que incentivam o envolvimento da sociedade no processo político".

São membros do Portal da Democracia o Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), o Conselho Regional dos Representantes Comerciais (CORE-PR), o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), o Conselho Regional de Odontologia (CRO), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), Associação Comercial do Paraná (ACP), Ordem dos Advogados do Brasil(OAB-PR), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná(CRCPR), Associação Médica do Paraná(AMP), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Paraná (SINEP), Movimento Pró-Paraná e Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (SINDUSCON).

Ciclo de encontros com candidatos ao governo do PR

O candidato ao governo do Estado pela Coligação Voto Limpo (PPS/PFL), Rubens Bueno, abriu no dia 30 de agosto, às 19h30, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), o Ciclo de Encontros promovido pelo Portal da Democracia. Depois de apresentar os principais pontos do seu programa de governo, o candidato respondeu perguntas dos líderes das entidades

No dia 13 de semtembro, o senador Osmar Dias (PDT), candidato ao governo do estado pela coligação Paraná da Verdade, participou do ciclo no auditório do CRCPR, sendo sabatinado pelos líderes das entidades.

As entidades entregaram um documento aos candidatos, no qual constam diretrizes das suas áreas que podem ser utilizados em um programa de governo. A contribuição da classe contábil contém pontos de revisão do sistema tributário e sugestões de desburocratização de procedimentos que representam obstáculos às empresas.

CFC volta a conferir registro profissional a Técnicos em Contabilidade

Desde 2002, quando a Resolução 948/02 entrou em vigor, várias dúvidas foram levantadas acerca da concessão de registro profissional a Técnicos em Contabilidade. Tal Resolução estabelecia que somente seria concedido registro em CRC aos alunos que tivessem concluído o curso até 2003, o que gerou uma série de contestações por parte de estudantes e instituições de ensino. Mas em maio deste ano o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) voltou atrás, e pôs fim às discussões.

Através da Resolução 1.073/2006, de 26 de maio de 2006, o CFC revogou as Resoluções 948/2002, e 991/2003 (que deu nova redação ao artigo primeiro da Resolução 948/2002, e estabeleceu que o registro profissional seria concedido aos alunos que ingressaram no curso técnico até 2004, independente do ano de conclusão de curso), e voltou a permitir que o registro fosse fornecido a Técnicos em Contabilidade.

Segundo a Resolução 1.076/2006, a decisão foi tomada, como está escrito no próprio documento, "considerando que os Conselhos Regionais de Contabilidade têm concedido registro profissional aos concluintes de curso Técnico em Contabilidade e Ciências Contábeis sem que os mesmos estejam reconhecidos" e que "o reconhecimento do curso é fator essencial para que os Conselhos de Contabilidade possam autorizar aqueles profissionais ao exercício da profissão, sem, contudo, prejudicar a capacidade técnica dos serviços prestados".

Porém, no documento fica definido que, para que o registro seja fornecido é necessário que o curso seja reconhecido pelo Ministério da Educação, e cumpra a carga horária mínima exigida por ele. De qualquer forma, continua vetada a concessão de registro profissional aos portadores de Certificados ou Diplomas de Cursos de Gestão, com especialização em Contabilidade, ou Curso de Tecnólogo em Contabilidade.

A situação dos cursos no Paraná

Desde 2002, muitos cursos fecharam em todo o Brasil por falta de alunos, receosos com a possibilidade de não conseguirem obter o registro.

Questionado sobre uma volta dos cursos técnicos no Paraná, o vice-presidente da Câmara de Registro do CRCPR, João Gelásio Weber, acredita que mesmo com as resoluções revogadas, o número destas instituições deve continuar a cair: "Não creio que com essa medida, volte a crescer a oferta de curso de Técnico em Contabilidade, pois o número de instituições que oferecem o curso é reduzidíssimo no Estado do Paraná, a não ser que haja ações de incentivo".

Segundo ele, o número de registros profissionais de técnicos não deve sofrer nenhum aumento expressivo: "para se ter uma idéia em setembro de 2004, havia 50% de Técnicos e 50% de Contadores registrados no CRCPR; hoje o percentual é de 42% de Técnicos e 58% de Contadores, portanto, seguindo uma tendência natural, não vejo a possibilidade de crescimento de registro de Técnicos".

Técnicos que fazem Contábeis podem ganhar desconto nas mensalidades

Uma das principais metas do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná é incentivar o profissional contábil a crescer, estudando, atualizando-se continuamente. Pensando nisso, o CRCPR criou uma modalidade de parceria com as instituições de ensino para possibilitar que cada vez mais profissionais da área que ainda não têm formação superior, mas são técnicos, possam fazer o curso de Ciências Contábeis.

Três faculdades de Curitiba já firmaram convênio com o CRCPR: Facel, Santa Cruz e Spei. Através dele, o técnico em contabilidade obtém desconto na mensalidade. Na Facel e na Spei o desconto é de 20%, e nas Faculdades Santa Cruz, 10%. Mas todas as instituições paranaenses que tiverem interesse podem participar deste programa, bastando entrar em contato com o setor de Desenvolvimento Profissional do CRCPR. Já o aluno que gostaria de obter o desconto, e sua faculdade não o concede, deve conversar com o coordenador do curso e mostrar a proposta.

Nas faculdades onde foi firmada a parceria, o aluno pode, a qualquer momento, solicitar na secretaria a sua inclusão no programa para ter direito à redução da mensalidade. Mas para conseguir o incentivo há algumas exigências: estar ativo na profissão, devidamente registrado e em situação regular junto ao CRCPR, pois é somente com o certificado de regularidade emitido pelo Conselho que a instituição beneficia o aluno com o desconto.

FISCALIZAÇÃO

Conselheiros analisaram 367 processos este ano

Analisar infrações, julgar e emitir sentenças em conformidade com a legislação contábil. Segundo o vice-presidente da Câmara de Fiscalização do CRCPR, Antônio Augusto Godói de Oliveira, estas são algumas das atribuições dos conselheiros do CRCPR, que durante três dias do mês se reúnem em plenário para, entre outras questões, discutir e votar decisões dos relatores sobre processos em trâmite. A pena vai de multa a suspensão do registro profissional.

Nos nove primeiros meses do ano, 367 processos foram abertos, 264 julgados pela Câmara de Ética e Disciplina, 70 pelo Tribunal Regional de Ética, em grau de recurso, e 33 pela Câmara de Fiscalização. Segundo o conselheiro César Alberto Ponte Dura, "a função do conselheiro é de extrema responsabilidade, pois estamos julgando colegas, em muitos casos o réu depende dessa profissão para sobreviver. Temos que ser responsáveis, analisar e julgar dentro das normas para não cometer erros".

O conselheiro observa que o fato de o CRCPR ser exemplar na fiscalização tem provocado mudanças na comunidade contábil, resultando na redução de infrações. "É importantíssimo que o trabalho de fiscalização seja desenvolvido junto à classe, para que possamos conscientizar os profissionais da necessidade de atuar com ética e responsabilidade".

De acordo com Ponte Dura "os profissionais contábeis estão mais atentos e cautelosos com o desempenho da profissão devido à atuação do conselho, que tem fiscalizado e orientado, resultando assim na redução de casos de infrações. A comunidade contábil entende que o CRCPR desenvolve um trabalho sério".

O conselheiro Paulo Coelho de Lima, por sua vez, lamenta que muitos só mudem de atitude a partir do momento que são punidos. "É importante que este trabalho comece ainda na faculdade. Desde já se deve ter ciência da responsabilidade que é ser um profissional contábil, da importância de ser ético e correto".

Para ele, a realização de cursos, palestras e seminários é uma boa forma de promover a conscientização do profissional contábil. Paulo Coelho observa também que há casos de profissionais que não conhecem sua própria legislação: "É obrigação do profissional conhecer suas normas, estar constantemente atualizado. É também uma questão de necessidade. Só assim se pode oferecer um serviço de qualidade, com ética e com responsabilidade".

PRINCIPAIS INFRAÇÕES - 2006	
INFRAÇÕES COMETIDAS	**TOTAL**
Deixar de averbar alteração contratual	65
Deixar de elaborar as demonstrações contábeis conforme as NBC's	64
Deixar de escriturar o Livro Inventário	1
Deixar de fazer contrato de prestação de serviços	18
Deixar de registrar o Livro Diário	354
Deixar de utilizar DECORE padronizada	0
Deixar de utilizar formulário padronizado da DECORE	0
Denúncias diversas	41
Deixar de arquivar a 2ª Via da DECORE	15
Fornecer DECORE inidônea	78
Leigo exercendo serviços contábeis	4
Manter funcionário inabilitado	44
Manter sócio de forma irregular	5
Não informar responsável técnico	41
Não manter a averbação de alteração de endereço	0
Não manter a escrituração contábil regular	381
RCI - baixado	9
RCI - Não averbar alteração de endereço	0
Registro baixado	14
Registro secundário vencido	1
Sem inscrição secundária	7
Sem RCI	186
Sem registro cadastral	23
Sem registro profissional	63
Utilizar DECORE de outro contador	0
Utilizar DECORE inidônea	197
Deixar de mencionar a categoria profissional	34

TOTAL DE PROCESSOS ABERTOS EM 2006 - 367					
CÂMARA DE ÉTICA E DISCIPLINA	264	TRIBUNAL REGIONAL DE ÉTICA	70	FISCALIZAÇÃO	30

Mais de 25 mil empresas fiscalizadas

Desde o início do ano, a Câmara de Fiscalização do CRCPR vem desenvolvendo ações com o objetivo de diminuir as infrações cometidas e melhorar os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade em todo o Estado, valorizando o bom profissional que segue a legislação e cumpre com a ética. Nos nove primeiros meses deste ano, os inspetores fiscalizaram 25.310 empresas, em várias cidades paranaenses, sendo que em 7.573 foi encontrado algum tipo de irregularidade na parte contábil.

O trabalho da fiscalização começa com a visita dos fiscais aos escritórios de contabilidade e às empresas. Nessas visitas, 1.645 infrações foram registradas desde o início deste ano, e as mais comuns são: deixar de registrar o livro diário, manter a escrituração contábil irregular, utilização de Decore inidônea, fornecê-la inidoneamente e não informar o responsável técnico, entre outras.

Segundo o vice-presidente da Câmara de Fiscalização do CRCPR, Antonio Augusto Godói de Oliveira, além desse trabalho que vem sendo desenvolvido, a meta até dezembro também é verificar mais de quatro mil declarações de rendimento fornecidas às pessoas físicas, inspecionar 160 órgãos públicos para averigüar se os funcionários lotados na contabilidade são habilitados e verificar as demonstrações contábeis. Os fiscais também visitam os fóruns para examinar se as perícias estão sendo feitas por um contador habilitado. Além disso, ações de conscientização são realizadas junto à classe empresarial visando fortalecer a relação empresa/contabilista.

O chefe de Fiscalização do CRCPR, Pedro Hugo Catossi, reforça que até o final do ano será feita a análise de 19 mil demonstrações contábeis objetivando verificar se as mesmas foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Um aspecto que vem dar mais fôlego a esse trabalho é a contratação de novos fiscais, através de concurso público que está sendo realizado, em setembro.

Vice de Integração Social do CRCPR é aprovada pelo CFC

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou o departamento de Integração Social do CRCPR que vai cuidar da ação de responsabilidade social da entidade. Para a vice-presidente de Integração Social, Dolores Biasi Locatelli, a responsabilidade social é uma questão de cidadania e todos deveriam se envolver.

A tarefa é desenvolver ações que visem arrecadar recursos, oriundos de incentivos fiscais, para fundos comunitários, como o Fundo da Infância e Adolescência (Fia), e também para projetos culturais. Além de dar continuidade a alguns programas que o CRCPR já vem desenvolvendo, como o Natal Solidário, Criança Feliz, Doação de Sangue, Orientação da Declaração de Renda e de Isento, o balanço social do CRCPR e, ainda, integrar cada vez mais os contabilistas nas campanhas de ação social em todo o Estado.

Conforme a vice-presidente, hoje é necessário ter uma política voltada à ação social. "Antigamente bastava à empresa oferecer bons produtos e serviços e tratar bem seus fornecedores. Com isso já conseguia uma boa imagem no mercado. As coisas mudaram. Com a globalização, as exigências do mercado foram aumentando e passou a ser necessária a adoção deste tipo de política. As empresas passaram a criar programas para implementar ações dentro de uma nova postura frente à sociedade."

Para Dolores, não se pode mais esperar que os governos façam alguma coisa. "A sociedade espera que as empresas devem, além de gerar empregos, pagar seus impostos e obedecer as leis, também ajudar a desenvolver sua comunidade e seus indivíduos que são os colaboradores diretos na geração dos lucros, devolvendo assim uma parcela da riqueza, em prol de uma sociedade mais justa".

Conforme o presidente do CRCPR, Maurício Fernando Cunha Smijtink, a aprovação do CFC foi comemorada pela classe contábil paranaense. "A vice-presidência de Integração Social é um braço do Conselho, que está ajudando na integração dos contabilistas de todo o Estado, envolvendo a todos na responsabilidade social e o respaldo é positivo". Maurício observa que quem ganha com isso é a sociedade, que tem o comprometimento e o apoio do profissional contábil.

Segundo o presidente, as atividades da vice-presidência de Integração Social não custam nenhum centavo ao CRCPR, porque são custeadas por patrocínios, doações e trabalho voluntário.

Inaugurada segunda macrodelegacia do CRCPR

Dando continuidade ao projeto de instalação de macrodelegacias no Paraná, o CRCPR inaugurou, no dia 13 de agosto, a segunda, a da Região Central, com sede em Ponta Grossa, reunindo as cidades de Ponta Grossa, Castro, Guarapuava, Irati, Prudentópolis, Telêmaco Borba, União da Vitória e Wenceslau Braz, sendo escolhido coordenador o conselheiro suplente Aguinaldo Mocelin.

A solenidade foi dirigida pelo presidente do CRCPR Maurício Fernando Cunha Smijtink, estando presentes o vice-presidente Marcos Rigoni de Mello, o vice-presidente da Câmara de Fiscalização Antônio Augusto Godoi de Oliveira, o vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional Paulo César Caetano, o vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento do Interior Sandro di Carlo Teixeira, o vice-presidente da Câmara de Registro João Gelásio Weber, a vice-presidente de Integração Social Dolores Biasi Locatelli, a conselheira Ana Golas, o conselheiro Osvaldo Padlecki, Waldomiro Kluska, entre outros.

Concurso do CRCPR tem 555 inscrições

Dia 17 de setembro foram realizadas as provas do concurso público que o CRCPR está realizando para completar o seu quadro de pessoal. As provas foram elaboradas e aplicadas pela Fundação Brasileira de Contabilidade. Foram efetuadas, ao todo, 555 inscrições para disputar as 38 vagas distribuídas em 17 funções, com salários que variam de R$ 450 a R$ 2.600, mais benefícios, como vale-transporte, vale-alimentação, plano de saúde, seguro de vida e anuênio.

As vagas mais disputadas são para Assessor Jurídico (59,5 candidatos por vaga) e Assistente Jurídico (121 inscritos disputam uma vaga). As outras funções são para Analista de Informática II, Bibliotecário, Inspetor Fiscal Junior, Telefonista, Assistente Jurídico, Motorista, Assistente de Recursos Humanos, Assistente de Compras, Operador de Teleatendimento, Assistente de Informática I, Assistente de Fiscalização I, Assistente Regional (para Maringá), Assistente de Desenvolvimento Profissional I, Assistente de Desenvolvimento Profissional II, Agente de Manutenção Predial e Auxiliar de Serviços Gerais I.

Inscrições por função	
Assessor jurídico	119
Analista de informática	16
Bibliotecário	4
Inspetor fiscal júnior	69
Agente de manutenção predial	8
Assistente de compras	10
Assistente de Desenvolvimento Profissional I	10
Assistente de Desenvolvimento Profissional II	23
Assistente de informática I	14
Assistente de recursos humanos	21
Assistente jurídico	121
Assistente regional	4
Assistente de fiscalização I	25
Motorista	19
Operador de teleatendimento	18
Telefonista	50
Auxiliar de serviços gerais I	24

Provas

As provas foram realizadas dia 17 de setembro, às 9 horas da manhã, nas Faculdades Spei, Rua Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 256, centro de Curitiba.

Corrupção, fraude e contabilidade serão temas de curso

A participação vale pontos para auditores

Dia 10 de outubro, em Curitiba, será realizado um curso sobre corrupção, fraude e contabilidade. Os palestrantes, o professor-mestre Wilson Alberto Zappa Hoog e o especialista Everson Luiz Breda Carlin, vão demonstrar os aspectos práticos e fundamentais relativos à corrupção e à fraude através da ciência jurídica e contábil. Diferença entre erro e fraude, responsabilidade dos peritos, auditores e de operadores da contabilidade, distinção entre ilícito e delito são alguns dos itens que serão analisados.

A participação no evento valerá 10 pontos para o programa de Educação Continuada de Auditores, supervisionado pelo CRCPR. O custo é de R$ 440,00. Mas para quem efetuar a inscrição até 20 de setembro o valor cai para R$ 310,00

Mais informações pelo fone (41) 3352-7060 ou pelo e-mail livraria@zappahoog.com.br. As aulas serão ministradas na sala de convenções do Edifício World Bussiness, no Centro Cívico, das 8 às 19 horas.

GENTE QUE CONTA

VISITA À DIREÇÃO

O presidente e o vice do CRCPR receberam a visita do presidente do Sescon de Ponta Grossa Aguinaldo Mocelin, do diretor de eventos do Sescon-PG Jaime Luís Krum e da vice-presidente do Sescon-PG Elisete Aparecida Schoemberger Prestes.

Os alunos do sexto período do curso de Ciências Contábeis da Unics (Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná), de Palmas, visitaram o CRCPR, dia 16 de agosto. Foram recebidos pelo vice-presidente do CRCPR Marcos Sebastião Rigoni de Mello, o diretor Gerson Luiz Borges de Macedo, e a gerente contábil Celita Paltanin.

O professor do curso de Ciências Contábeis, doutor Vicente Pacheco, tomou posse, dia 8 de agosto, como vice-diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. A solenidade foi prestigiada por cerca de 250 pessoas e contou com presenças ilustres, entre elas, o reitor da UFPR Carlos Augusto Moreira Júnior; o vice-presidente do CRCPR, Marcos Sebastião Rigoni de Mello e a conselheira Dolores Biasi Locatelli, que representaram o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná; e o presidente da Academia de Ciências Contábeis do Paraná Ranoel de Souza Ribeiro. O diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, que também tomou posse, é o professor Dr. Zaki Akel Sobrinho.

Zaki Akel Sobrinho e Vicente Pacheco

A contabilista Miriam da Silva Braz foi empossada em 27 de julho na diretoria da Coordenadoria das Associações Comerciais do Norte do Paraná (Cacinor), que congrega 27 associações comerciais da região. Miriam ocupará o cargo de segunda vice-presidente para Assuntos da Mulher Empresária e Executiva. Ela já presidiu a Associação Comercial e Empresarial de Paiçandu e em breve presidirá o Conselho da Mulher Empresária de Paiçandu, que ajudou a criar para ser uma organização de apoio à associação comercial. Miriam também faz parte da diretoria do Sindicato dos Contabilistas de Maringá e colaborou na preparação do II Encontro Paranaense da Mulher Contabilista.

"Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (terceiro setor)" é o título do livro que os professores Paulo Arnaldo Olak e Diogo Toledo do Nascimento lançaram durante o 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, dias 27 e 28 de julho, em São Paulo.

Pioneiro na região, o curso de Ciências Contábeis da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) fez 30 anos. Nos dias 9 e 10 de agosto houve solenidades e palestras. O macro-delegado do CRCPR na Região Oeste, Waldomiro Kluska, representou o Conselho.

Aurélio Zortéa é o novo delegado do CRCPR em Laranjeiras do Sul

Contabilista assume a presidência da Associação Comercial de Campo Mourão

O contabilista Nestor Ocimar Bisi é o novo presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão (Acicam). Ele recebeu 99 dos 103 votos válidos. Ao assumir a presidência, Bisi reforçou em seu discurso que dará continuidade aos projetos da entidade que estão dando certo e que vai trabalhar para diminuir a carga tributária. “Hoje, a carga tributária brasileira é absurda. A exemplo da campanha De olho no Imposto, que está sendo difundida nas principais cidades do país, vamos lançá-la aqui em Campo Mourão também. Temos que nos unir e trabalhar pela redução dos tributos”.

Ele falou ainda da importância “de ter o associado trabalhando junto e da necessidade do empresário estar sempre informado e atualizado”. “O país passa por dificuldades, vivemos um momento de muita insegurança, com uma política instável. O papel das associações comerciais é de contribuir para o fortalecimento da classe empresarial, trazer o empresário pra somar junto e assim alcançarmos os objetivos comuns”, completa.

CRCPR perde o delegado Jair Arduin, de Maringá

Foi sepultado, em Maringá, no dia 10 de julho, o corpo do contabilista Jair Arduin, diretor do Sindicato dos Contabilistas de Maringá (Sincontábil), durante vários anos, delegado do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná desde 1995 e sócio com o irmão Hermínio no Escritório Central de Contabilidade, desde 1976.

Jair, que sucumbiu a um câncer pulmonar, foi diretor do Sincontábil a partir de 1984, sob a presidência de Octávio Bif. Depois ajudou os presidentes Ebal Dezontini, Osvaldo Corrêa, Juarez Firmino de Oliveira, Maurício Gilberto Cândido e o atual, José Vanderley Santana, ocupando funções administrativas, de suplência ou no Conselho Fiscal

Segundo diretores do Sincontábil, ele sempre participava das atividades esportivas, jogou futebol suíço e há alguns anos era substituto do tenista Cássio Hiratomi nos Jogos dos Contabilistas do Paraná (Jocopar). Juliano Arduin, filho de Jair, é bicampeão na natação, nos 50 metros livres. Jair era casado com Rosa, pai de Priscila, Juliano e Simone.

Umuarama é a primeira cidade a assinar convênio com o CRCPR para ter cursos de educação continuada

"A educação é a base de tudo. Não há talvez um só candidato nessa campanha eleitoral que não a tenha como uma de suas prioridades, senão a prioridade", afirma o presidente do CRCPR comentando o lançamento do programa de educação profissional continuada, em Umuarama, e da formação de uma nova turma local do Contabilizando o Sucesso.

Incentivar a formação e a atualização dos contabilistas é uma das principais metas do CRCPR. Este programa de atualização profissional será desenvolvido em parceria com os sindicatos, ministrado em cidades com localização estratégica no estado de modo que possa atender todos os profissionais em atividade.

Em Umuarama, o lançamento aconteceu dia 1º de setembro, na sede campestre do Sindicato dos Contabilistas de Umuarama (SINCOUMA), reunindo cerca de 80 pessoas. Na oportunidade, o Sincouma e o Sebrae entregaram 24 certificados do curso Contabilizando Sucesso.

O convênio foi assinado pelo vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Paulo César Caetano, pelo presidente do Sincouma, João Batista de Oliveira; e a solenidade foi prestigiada por inúmeras autoridades, entre elas o diretor de arrecadação e fiscalização da prefeitura municipal de Umuarama, Reinaldo Struckel, e o vice-presidente da Câmara de Fiscalização do CRCPR, Antônio Augusto Godoi de Oliveira.

De acordo com Paulo Caetano, Umuarama foi escolhida como a primeira cidade do Paraná a assinar o convênio em razão dos esforços históricos do SINCOUMA de promover cursos, treinamentos direcionados à classe contábil. Na seqüência, será levado a outras cidades-sedes do programa. "Ao todo, são dezessete cidades paranaenses que receberão cursos para aperfeiçoamento da classe. Este ano já acontecerão quatro deles em cada cidade, com exceção de Curitiba e Londrina que terão cinco cada. Cada curso com duração de oito horas. Assim, certamente estaremos beneficiando os contabilistas e conseqüentemente as empresas que se utilizam de seus serviços", disse Caetano. Os temas dos cursos foram escolhidos pelos contabilistas ligados aos sindicatos.

Para ministrar os cursos uma empresa especializada foi contratada por licitação, com investimento este ano de mais de R$ 75 mil. O primeiro curso foi programado para o dia 12 de setembro. Para o próximo ano, sendo um ano cheio, os valores serão ampliados. "Serão dez cursos", antecipa Paulo Caetano.

"É uma honra para a cidade ser escolhida como a primeira a receber os cursos, e devemos isso ao companheiro Lauro Antunes de Oliveira, que esteve sempre disposto para que isso se concretizasse", disse o presidente do SINCOUMA, Paulo Batista.

AndSistem®
informática

Sistemas profissionais
Empresas e escritórios de contabilidade

- Contabilidade
- Departamento de pessoal
- Escrituração fiscal
- Patrimônio
- Cálculo de tributos
- Controle de contas a receber para escritórios de contabilidade

Sistemas Integrados
Cópia gratuita para demonstração

Http://www.andsistem.com.br
E-mail : informática@andsistem.com.br
Fone : (0xx41) 3679 - 1002
Curitiba - Paraná

Contabilistas protestam contra imagem negativa do contador, na novela *Páginas da Vida*

A Rede Globo recebeu e-mails de contabilistas de todo o País protestando contra o estereótipo de profissional fracassado que o novelista Manoel Carlos vem usando sistematicamente em suas novelas. O estopim foi o capítulo de "Páginas da Vida" exibido no dia 31 de agosto, no qual o personagem Alex, um contador, é humilhado pela esposa que joga na sua cara que ele é um derrotado. Noutra cena, Alex sai em busca de uma oportunidade de emprego e se diz "pau pra toda obra", sequer se identificando profissionalmente, como se tivesse vergonha de fazê-lo.

Entre os mais indignados, a contabilista Carla Cristina Louzada Dornelles Pacheco, de Curitiba, escreveu ao autor: "Não é a primeira vez que observo que o senhor faz uma imagem distorcida do contador, que ela faz questão de grafar em caixa alta. Na novela passada, de sua autoria, o mesmo ator, Marcos Caruso, fez o papel de um contador que andava sempre financeiramente na corda bamba. Escrevi para a equipe da novela, mas infelizmente não fui ouvida. Gostaria que desta vez o senhor mudasse esta imagem de derrotado deste personagem, pois os profissionais, na sua maioria, são bem-sucedidos".

Carla é empresária da contabilidade e seu esposo, Vicente Pacheco, é doutor na disciplina, professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde recentemente assumiu a vice-diretoria do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Ela reforça sua posição dizendo que, "sem o contabilista, as empresas ficariam sem rumo, o governo não arrecadaria e o país não andaria"; e pede ao novelista que repense a idéia que tem do contabilista, "um profissional que precisa sim ser respeitado e valorizado".

A Central Globo de Comunicação enviou-lhe o seguinte: "Gostaríamos de registrar que respeitamos a sua opinião e crítica. Encaminhamos suas considerações diretamente à direção da novela". Uma resposta formal, claro!

A manifestação de Carla, porém, não foi isolada. Muitos contabilistas enviaram mensagem de descontentamento ao endereço www.paginasdavida.globo.com/novela/paginasdavida e muitos outros se solidarizaram com sua iniciativa: "Compartilho com sua revolta e também de seu orgulho de ser uma profissional da área contábil", afirmou Emerson Carlos Pereira. "Penso que temos e precisamos nos valorizar e, principalmente, nos unir mais", disse Paulo Mattos. Semelhante desabafo fez Silmara M. Belo, contadora da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: "Vendo colocações como essa da novela, vejo que teremos que começar a nos exaltar, como certas profissões, para sermos respeitados".

Contabilidade e contabilistas mudaram

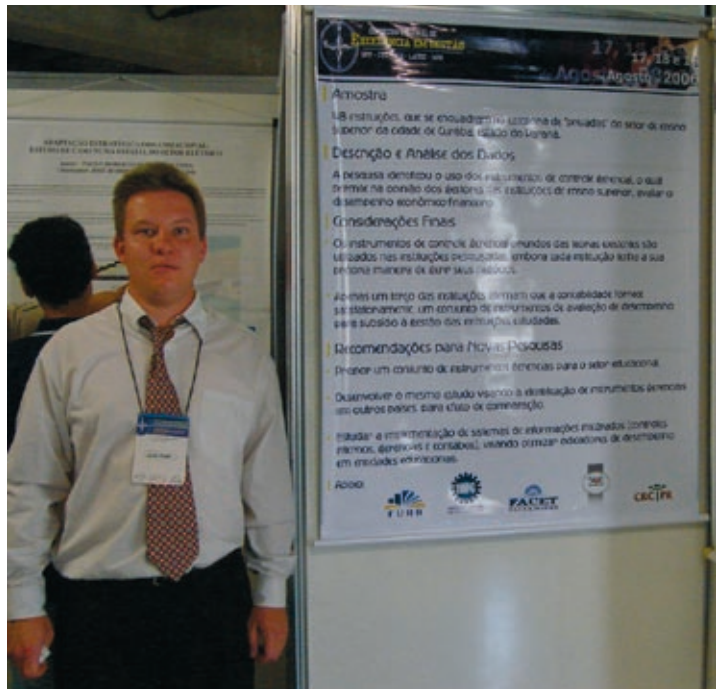
"Trata-se de um personagem de ficção, mas, no momento em que o autor insiste nesse modelo, dá o que pensar", analisa o presidente do CRCPR, Maurício Fernando Cunha Smijtink. Segundo ele, a contabilidade e os contabilistas mudaram muito, principalmente depois de 1946, quando a profissão foi regulamentada e pouco antes criado o curso de Ciências Contábeis. Ela se firmou como imprescindível à vida social e econômica do País. O profissional, antes chamado guarda-livro, que por muito tempo permaneceu alheio à vida política e social, toma consciência de que não é só mera mão-de-obra a serviço do fisco, mas pode interferir nas políticas das empresas, ajudá-las a planejar um futuro de sucesso; pode colaborar diretamente na criação de um ambiente geral de transparência na administração pública. O contabilista é um profissional que vem efetivamente se tornando mais valorizado pelas empresas e pelos órgãos públicos, conquistando reconhecimento e respeito, argumenta Maurício.

Estudo de paranaense é destaque no II Congresso Nacional de Excelência em Gestão, no RJ

Contador e professor da FACET (Faculdade de Ciências e Tecnologia do Paraná) e FACEL (Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras), Celso da Rosa Filho representou o Paraná e o CRCPR, no II Congresso Nacional de Excelência em Gestão (CNEG), realizado de 17 a 19 de agosto, na Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ.

Celso apresentou, no último dia do evento, o estudo "Avaliação de instrumentos de controle gerencial na gestão de negócios: pesquisa empírica aplicada em IES privadas". Elogiado pelos participantes, o artigo foi considerado "uma contribuição muito oportuna, já que demonstrou quais instrumentos de controle gerencial são utilizados na gestão de negócios em entidades educacionais privadas".

Durante os três dias do encontro, foram abordados temas como: ética, transparência e responsabilidade social corporativa; governança corporativa; gestão da segurança, saúde e meio ambiente como fatores estratégicos da gestão empresarial. Para Celso participar do evento foi muito gratificante: "Como professor e contador, agradeço ao CRCPR, pelo apoio à educação continuada. Sem dúvida foi de grande importância participar deste congresso, pois possibilitará repassar aos alunos conhecimentos sobre a sustentabilidade nas organizações brasileiras: públicas, privadas e do terceiro setor".



Inscrições para o prêmio Hilário Franco sem data definida

Os acadêmicos de ciências contábeis interessados em participar do Concurso de Monografias Professor Hilário Franco vão ter de esperar até que a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) defina a data de inscrição dos participantes. O objetivo do prêmio é estimular a produção técnico-científica (artigos e pesquisas de interesse na área de ciências contábeis no Brasil). O tema do trabalho é livre, e deve ser apresentado nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Podem concorrer estudantes matriculados em instituições de ensino superior dos cursos de ciências contábeis.

Assim que for definida, a data será divulgada no site da FBC (www.fbc.org.br). Mais informações os alunos poderão encontrar no site ou pelo telefone (61) 3314-9673.

EDUCAÇÃO

Área de contabilidade, no País, tem só 11 mestrados e um doutorado

Durante as três últimas décadas, a Universidade de São Paulo (USP) monopolizou o pós-doutorado em contabilidade no país. Depois de muitas tentativas, finalmente, a Universidade de Brasília (UnB) conseguiu organizar um programa neste nível de ensino, em parceria com as universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Mas para aprová-lo definitivamente ainda falta a homologação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O único enfim existente, o da USP, desde 1998, atende uma pequena demanda pelo curso no país. Com isso, o número de doutores brasileiros em contabilidade é baixo. No Paraná, por exemplo, são cerca de 11 doutores. Os principais fatores que limitam o acesso a mais interessados na titulação são a distância e a falta de vagas. O curso da USP oferece em torno de sete vagas por ano. Um número insignificante comparado com o de cursos de Ciências Contábeis, quase mil, formando centenas e centenas de profissionais por ano, muitos dos quais optam pela docência, precisando fazer pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado.

A carência de doutorados afeta a criação de cursos de mestrado, que são apenas 11 no País: quatro em São Paulo, dois em Santa Catarina, dois no Rio de Janeiro. No Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará apenas um em cada.

Para o professor-doutor da UniFae, Aderbal Nicolas Muller, a demanda é grande e há necessidade de novos cursos de doutorado. No Paraná tem apenas um curso de mestrado, o da UFPR, com uma turma desde o ano passado.

O professor-doutor Antônio Lopes de Sá, considerado um dos maiores expoentes da ciência contábil do momento, também concorda que há a necessidade de mais cursos de pós-graduação. Segundo ele, em virtude de ter apenas um doutorado no país, muitos profissionais vão se especializar no exterior, principalmente na Argentina e Espanha.

Para o professor, o fato de a Capes ter impedido a implantação de novas pós-graduações neste nível, nas últimas décadas, "é lesivo à classe respeitável dos Contadores". Lopes de Sá ainda comenta que, "além do mais, não existe uma distribuição competente de cursos de mestrado e habilitação para doutorado em Contábeis em todo o Brasil. Minas Gerais, por exemplo, um poderoso Estado, com um número expressivo de Contadores, não tem em sua capital um só curso de mestrado e doutorado e nem a Capes ajuda ou coopera para que isto ocorra".

EDUCAÇÃO

Encontro reúne coordenadores de curso de Ciências Contábeis em Brasília

Cerca de 270 coordenadores participaram do Encontro Nacional de Coordenadores de Curso de Ciências Contábeis, realizado nos dias 27 e 28 de julho, no auditório do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília.

O foco das discussões foi a educação superior no Brasil, em especial a contábil, e o papel dos coordenadores de curso na formação estudantil. Na solenidade de abertura do evento os participantes assistiram ao vídeo comemorativo do jubileu de diamante do sistema CFC/CRCs, e a apresentação do coral "Balanço das Vozes" – formado pelos próprios funcionários do Conselho Federal de Contabilidade.

A primeira palestra foi ministrada por Orlando Pilati, assessor do Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, sobre a importância do ensino superior no país. Em seguida, a palestra magna foi proferida pelo professor e presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Gabriel Mário – e teve como tema "O ensino superior no Brasil".

Em seu discurso, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, foi incisiva ao afirmar que o futuro da contabilidade depende de uma política de ensino a ser praticada pelas Instituições de Ensino Superior. "O sucesso dos seus profissionais no mercado de trabalho e, acima de tudo, a proteção à sociedade, passam pela formação das novas gerações, pelo compromisso delas com a preservação do patrimônio construído pelos mestres que nos antecederam".

O segundo dia de encontro foi iniciado com a palestra "As Diretrizes Curriculares a partir da Resolução CNE nº 10/2004 e suas interfaces com o perfil exigido do profissional da contabilidade", proferida pelo professor Clóvis Ioshike Beppu e coordenada pelo contador Nelson Zafra.

Para Clóvis, o professor, hoje, precisa se preparar para o posto de educador, pensando no que fazer e por que fazer e não mais no apenas como fazer. "Atualmente, a contabilidade brasileira é respeitada no mundo, tanto que contabilistas brasileiros são convidados, e fazem parte, dos maiores organismos internacionais que estudam e desenvolvem normas sobre o assunto" comentou.

A segunda palestra foi realizada pelo professor Oscar Lopes da Silva e coordenada pelo contador João de Oliveira e Silva. O tema foi "O desempenho do coordenador de curso na sua linha de trabalho para atender a Resolução CNE nº 10/2004".

A professora Ana Patrícia Rodrigues Cursino de Sena proferiu a palestra "Avaliação dos cursos de graduação em Ciências Contábeis: diretrizes e instrumento". A palestrante explicou quais foram as principais mudanças na antiga lei, depois que a atual passou a vigorar. Segundo ela, a grande novidade é que a avaliação não mais será feita por meio de cheking list. A partir de agora, os pareceres analíticos finais dos avaliadores serão por meio dos coordenadores de curso ou pela pessoa indicada pela instituição de ensino.

O último palestrante foi o contador Olívio Koliver, que falou sobre a "Formação continuada do professor: uma orientação do coordenador na aplicação do plano de desenvolvimento institucional da IES".

Para Maria Clara o evento foi de grande relevância, pois reuniu coordenadores do curso de ciências contábeis das mais respeitadas instituições brasileiras, e complementou: "O encontro reuniu as condições favoráveis a uma profícua parceria entre as instituições de ensino e o Sistema CFC/CRCs".

Sincovel promove encontro para mulheres contabilistas

Dos cerca de 23 mil profissionais da área contábil existentes hoje no Estado do Paraná, as mulheres representam aproximadamente 60% da classe. Já nos escritórios contábeis, essa representação feminina chega a 80%, revelou o conselheiro do CRC/PR, Atair Gomes da Silva. Ele participou da abertura do 1º Simpósio da Mulher Contabilista de Cascavel e Região, realizado no Copas Verdes Hotel, em Cascavel.

Promovido pelo Sincovel (Sindicato dos Contabilistas de Cascavel e Região), com apoio do CRC/PR e Sescap-PR, o simpósio contou com a participação de cerca de 150 profissionais da área contábil de toda a região Oeste do Paraná. No evento foram discutidos temas como "Mulher empreendedora", "Homens X Mulheres, Essa Briga Existe?", "Participação da Mulher nas Entidades de Classe", "Normas Internacionais de Contabilidade", e "Qualidade de Vida".

Na abertura solene, a diretora do Sincovel e coordenadora do simpósio, Noely Terezinha dos Santos, destacou que as informações e os conhecimentos que seriam passados durante o dia, "com certeza vão contribuir para que as profissionais da área contábil possam melhor enfrentar os desafios do dia-a-dia". No encerramento, o presidente do Sincovel, Paulo Cezar da Silva, sublinhou o sucesso do evento: "A comissão organizadora está de parabéns, e a expressiva presença feminina neste primeiro evento de nossa região retrata o crescimento da mulher na profissão contábil em todo o país.

Jucileide Leitão - Palestrante

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Os brasileiros ainda preferem os planos mais conservadores

Garantir um futuro estável financeiramente depois de anos de trabalho, acumular capital para os estudos, um carro ou um apartamento, e complementação de renda. Estes são alguns dos motivos que levam muitos brasileiros, cada vez mais, e mais cedo, a procurar por planos privados de aposentadoria para si ou para familiares.

Para a contadora Celita Paltanin, que possui um plano de aposentadoria privada há três anos, este é o método mais viável para complementar a renda da aposentadoria social e garantir estabilidade futura: "não é certo que receberemos a aposentadoria pelo INSS daqui a alguns anos, a aposentadoria privada é uma forma de certificar alguma renda para o futuro. Há seis meses fiz um plano para minha filha de 16 anos, também para garantir que ela tenha uma fonte de renda, já que hoje em dia o mercado de trabalho está muito restrito para os novos profissionais".

Na família de Marcos Bomm, analista de sistemas e professor de informática, todos compartilham da mesma opinião quando o assunto é plano de previdência privado: "logo que meu filho nasceu, fizemos para ele um plano de previdência júnior. É uma maneira que eu e minha esposa encontramos para garantir alguma segurança para sua maioridade. Neste plano, quando ele completar 21 anos, poderá optar pelo resgate do benefício - para estudos ou algum investimento -, ou por continuar acumulando". "Acreditamos que um plano de previdência esteja mais de acordo com nossos objetivos do que uma poupança, já que o rendimento é maior e que assim é mais difícil cairmos na tentação de sacar o dinheiro na primeira emergência" – complementa.

Planos ousados e conservadores

Segundo um analista previdenciário, que não quis se identificar, é possível sim acumular capital para aumentar a estabilidade financeira, a longo prazo, com um plano de aposentadoria privado. O valor do benefício varia de acordo com o plano escolhido: "existem planos que têm uma carteira mais conservadora, aplicando em renda fixa, como são os fundos DI e RF. Outras carteiras podem ser multimercados, que têm em sua composição uma parte em ações. Esse tipo é mais agressivo, devido ao risco de mercado das ações".

Na sua opinião, a rentabilidade dos planos mais ousados compensa o alto risco dos investimentos, mas alerta: quem tem um perfil tradicional deve fugir deste tipo de investimento: "Levando em consideração que fundos de previdência são para longo prazo, se o cliente tiver um perfil mais ousado, os históricos passados provam que a lucratividade compensa os riscos, mas, caso ele tenha um perfil mais conservador, mesmo o foco de longo prazo, não é indicado".

Revela ele que o número de clientes que procuram planos de alto risco ainda é baixo. Um dos motivos é que o rendimento dos planos tradicionais tem se mostrado bastante satisfatório: "na empresa onde trabalho, a grande maioria dos clientes opta por planos tradicionais, são poucos os que apresentam um perfil mais agressivo".

Credibilidade

O especialista aconselha que, antes de se optar por uma das instituições que oferecem planos de aposentadoria complementar é necessário avaliar o histórico e a credibilidade da empresa, já que o investimento, na grande maioria das vezes, é feito a longo prazo (entre 20 e 30 anos).

Juliana Brandão Andrusko, publicitária, 28 anos, pretende fazer um plano de aposentadoria privada em breve, e irá optar por uma modalidade tradicional de investimento: "Apesar da rentabilidade ser maior nos planos de alto risco, não estou disposta a arcar com as intempéries do mercado financeiro. Já que busco, através do plano, ter uma estabilidade financeira no futuro, não quero arriscar de nenhuma forma".

A classe contábil tem um plano exclusivo, o FBCPrev, criado pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Banco do Brasil. Informações (41)3360-4700 - ramal - FBC.

INVESTIMENTO

Mesmo quem ganha pouco pode poupar e investir

Investir. Esta é uma saída para quem não quer perder nenhum centavo do seu capital, mesmo que o montante não seja tanto assim, ou está preocupado com um futuro tranqüilo. Imóveis, fundos de renda fixa, poupança, ações são apenas alguns dos investimentos possíveis e que não exigem muito valor.

Os brasileiros não têm a cultura do investimento e da poupança, como os europeus e os japoneses, mas estão, aos poucos, sentindo a necessidade disso. Para o especialista Mauro Halfeld qualquer pessoa pode investir, mesmo aquelas que ganham pouco. Autor do livro "Investimentos – Como administrar melhor seu dinheiro" e colunista de jornais, Halfeld defende que as pessoas poupam com dois objetivos básicos: consumir mais, lá na frente, e enfrentar o declínio que a natureza impõe à capacidade produtiva do homem após certa idade. "Poupar é importante para qualquer indivíduo. Saber investir os recursos é essencial tanto para o indivíduo, quanto para a economia de um país", destaca.

Na realidade, "poupar é a primeira batalha. Investir corretamente, fazendo seu dinheiro crescer, é a segunda. Usufruir dos resultados obtidos é vencer a guerra", acrescenta.

Halfeld chama atenção para os vários tipos de riscos quando se investe: risco do negócio, do mercado, de crédito, de liquidez e risco de perda do poder de compra. "Assim como em nossas vidas, não há investimentos sem riscos. O segredo está em conviver com eles, balanceando as recompensas oferecidas pelas diversas aplicações com a possibilidade de perder em cada uma", alerta.

Para o especialista em análise de investimento e professor de matemática da UFPR Jackson Ciro Sandrini, investir é um bom negócio: "É necessário, mesmo que com sacrifício, tem que separar um pouco do salário para investir".

Ele observa que o emprego não tem mais a idéia de antigamente, que o funcionário entrava no trabalho e ficava até se aposentar: "Hoje se troca de emprego muito rápido, não há mais aquela garantia de antes". Em razão disso, o especialista reforça que é importante fazer uma reserva de capital para, em qualquer eventualidade, ter um montante que possa ser usado até uma nova recolocação no mercado. A reserva também é importante para que, na velhice, seja possível se manter o mais próximo do padrão de vida atual.

Sandrini informa que uma das preocupações que se firma a cada dia é com a aposentadoria. "Por isso o investimento na previdência privada é cada dia maior. Na verdade, todos têm que procurar ser previdentes. E neste momento está sendo a bola da vez".

Saiba no que investir

Antes de investir é preciso saber no que investir. Jackson Sandrini diz que o primeiro passo é a pessoa se informar sobre todos os tipos de investimentos existentes no mercado: "É preciso saber quais os tipos de investimentos. A idade e o perfil desse investidor também influencia na hora de investir. Dependendo da idade, a pessoa não pode correr certos riscos". E se ainda assim a pessoa não saber qual caminho seguir, pode procurar esclarecimentos nos departamentos de economia das universidades: "Sempre vai ter uma pessoa para tirar as dúvidas. O principal de tudo é ter noção de investimentos".

Ele comenta que, no Brasil, os rendimentos em renda fixa são os que têm um índice maior de investidores. E, em caso de dúvida, o melhor é optar pelos investimentos pequenos, que são mais rápidos, fáceis e seguros.

A gerente comercial Rita de Cássia Estevão, 26, começou a se preocupar em poupar há quatro anos. "Antes nunca pensava nisso. Mas daí perdi o emprego, fiquei quase maluca, com aluguel pra pagar, financiamento do carro. Assim que arrumei outro trabalho decidi que faria alguma coisa". Desde então, todo mês, ela destina um pouco do salário à poupança. "Optei por investir na poupança por achar que é mais seguro. Pelo menos não tenho que me preocupar, sei que meu dinheiro está lá, bem guardado. Agora, se acontecer alguma coisa, sei que não vou me apertar. E, mais tarde, quem sabe, posso usar esse dinheiro para fazer uma viagem, trocar o carro ou coisa assim".

Marcos Arruda, 34, analista de sistemas, sempre investiu: "Que eu me lembre, desde adolescente, meus pais já investiam por mim, na poupança". E hoje não é diferente.